



Ministro afirma que Belo Monte será benéfica para o Brasil

Opinião do ministro de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, foi dada em debate na subcomissão temporária criada para acompanhar a execução das obras da usina hidrelétrica no rio Xingu. **7**

Senadores Delcídio Amaral (E) e Flexa Ribeiro participam do depoimento do ministro Márcio Zimmermann na subcomissão

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.240 – Brasília, quarta-feira, 26 de maio de 2010

Capitalização da Petrobras em debate. Pré-sal sem acordo

Duas comissões discutem hoje o projeto de capitalização da estatal, que, segundo Antonio Carlos Júnior, relator na CCJ, tem aspectos inconstitucionais. Virgílio diz que não há acordo para votar propostas do pré-sal

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, reiterou ontem que não há acordo para votar os projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal

enquanto estiverem tramitando em regime de urgência. O líder do governo no Senado, Romero Jucá, disse que o presidente Lula aceitou retirar a urgência da proposta que cria a

Petro-Sal, mas não informou sobre os outros projetos. Jucá é o novo relator da matéria relativa ao regime de partilha e à distribuição dos *royalties* do pré-sal. **3**



Escolas deverão exibir filmes nacionais para os alunos

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto do senador Cristovam Buarque que inclui no currículo da

educação básica a exibição mensal, de no mínimo duas horas, de filmes e vídeos de produção nacional. **4**

Senadores Cristovam Buarque (E), Roberto Cavalcanti e Rosalba Ciarlini, durante a reunião de ontem da Comissão de Educação

Aposentados com esclerose e fibrose livres de pagar o IR **5**

CRE aprova embaixadores para o Japão e a Bolívia **6**

Comissão de Orçamento discute obras irregulares e analisa LDO **3**

Senadores exaltam papel dos defensores públicos

Pronunciamentos durante sessão de homenagem destacam serviços prestados pela Defensoria Pública aos mais pobres, garantindo seu acesso à Justiça. **8**

Ao lado de senadores, defensores públicos acompanham no Plenário discurso de Antônio Carlos Valadares, autor do requerimento de homenagem



Presidente do Senado participa de entrega de Prêmio Dr. Pinotti, criado pela Câmara dos Deputados para reverenciar a memória do médico e deputado, morto em 2009



Sarney (E) disse que José Aristodemo Pinotti foi "um dos maiores brasileiros do seu tempo, exemplo de homem público"

Hospitais amigos da mulher recebem prêmio da Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, participou ontem da solenidade de entrega do Prêmio Dr. Pinotti – Hospital Amigo da Mulher, uma iniciativa da Câmara dos Deputados que homenageia o médico ginecologista e ex-deputado José Aristodemo Pinotti, falecido em julho de 2009, de câncer. Sarney era amigo do médico e de sua família.

Criado pela Câmara em 2009, por iniciativa da deputada Rita Camata (PSDB-ES), o prêmio tem por objetivo o reconhecimento do trabalho de instituições governamentais ou não governamentais que se destacaram por promover o acesso aos serviços destinados à saúde da mulher,

bem como a melhoria da qualidade desses serviços. As indicações para o prêmio são feitas por senadores e deputados e, a cada ano, três instituições são agraciadas.

Nesta primeira edição, foram premiadas a Amparo Maternal, maternidade social de São Paulo indicada pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP); a Santa Casa de Misericórdia Irmandade Senhor dos Passos, de Guaratinguetá (SP), indicação do deputado Marcelo Ortiz (PV-SP); e o Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira, de Recife (PE), indicação da deputada Ana Arraes (PSB-PE).

Sarney destacou que as enti-

dades agraciadas agora têm a marca do nome do médico, que, disse ele, foi um dos maiores brasileiros do seu tempo, exemplo de homem público, pai e profissional, exercendo a medicina como sacerdócio, de maneira humana e sábia. Pinotti, afirmou Sarney, era um dos maiores defensores da saúde da mulher.

Participaram da solenidade, no Salão Nobre da Câmara, a presidente do Amparo Maternal, irmã Maria Enir Loubet; a viúva do fundador do Instituto Fernando Figueira, Nancy Figueira, e o chefe de serviço de mastologia da entidade, Antonio Simão; a viúva de Pinotti, Suely, e sua filha, Marianne, também médica.

Sarney informa abertura de inquéritos sobre contratação

O presidente do Senado, José Sarney, disse que irá tomar providências em relação à permanência das irmãs Kelly e Kelriany Nascimento da Silva no quadro de servidores da Casa. O fato foi noticiado ontem pelo jornal *Correio Braziliense*, uma semana após o gabinete do senador Efraim Morais (DEM-PB) – responsável pela contratação – ter encaminhado pedido de exoneração das irmãs à Diretoria-Geral do Senado.

– Quando soube da denúncia [contratação irregular dessas funcionárias], solicitei imediatamente à Polícia Federal e à Polícia do Senado a abertura de inquérito sobre o caso. Também determinei à Diretoria-Geral da Casa que abrisse inquérito administrativo para demitir quem agiu de forma incorreta – informou José Sarney.

Na próxima quinta-feira, as irmãs Mônica da Conceição Bicalho, ex-assessora de Efraim, e

Kátia Regina Bicalho vão prestar depoimento à polícia do Senado sobre o caso. Kelly e Kelriany acusam Mônica de tê-las incluído no quadro funcional da Casa sem o conhecimento de ambas. Em relato à imprensa, Kelriany disse ter descoberto ser funcionária do Senado ao tentar abrir uma conta bancária. O salário depositado mensalmente para pagamento das irmãs, cerca de R\$ 3,8 mil, estaria sendo movimentado por Mônica.

Dia do Contabilista será comemorado em Plenário

O Plenário do Senado vai comemorar o Dia do Contabilista no período do expediente da sessão de amanhã, atendendo a requerimento do senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

O Dia do Contabilista, instituído em 1926, foi proposto pelo então senador João Lyra, que também defendeu criação do Registro Geral dos Contabilistas Brasileiros.

A iniciativa culminou com a regulamentação da profissão, em 1946. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) calcula que a categoria reúna hoje no Brasil 420 mil profissionais.

Entre as principais mudanças ocorridas no setor, segundo o CFC, está a adoção das Normas Internacionais da Contabilidade, sua tradução, interpretação e convergência aos padrões internacionais. As instituições da área deverão repassar, ainda este ano, o conteúdo dessas normas para que sejam definitivamente implementadas.

O conselho destaca, ainda, os avanços tecnológicos, principalmente no que diz respeito ao chamado Extensible Business Reporting Language (XBRL) e o Sistema Público de Escrituração

Digital (SPED). A adoção do XBRL deverá trazer vantagens sobre métodos de relatórios tradicionais, decorrentes do fato de que a informação, uma vez produzida e representada nesse formato, pode ser reutilizada muitas vezes sem manipulação ou distorção.

Já o SPED funciona como um *software* a ser disponibilizado pela Receita Federal para todas as empresas, que deverão enviar ao governo informações fiscais, contábeis e previdenciárias, bem como livros fiscais, comerciais e demonstrações contábeis.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem a Jefferson Péres

14h A hora do expediente será destinada a reverenciar a memória do ex-senador Jefferson Péres, falecido em 2008. O primeiro item da ordem do dia é a proposta que impede a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permite a perda de cargo.

Presidência Visita de deputados poloneses

12h O senador José Sarney recebe uma comitiva de deputados poloneses, entre eles o presidente do Grupo Parlamentar Polônia-Brasil, Tomasz Piotr Nowak. A visita tem como objetivo comemorar os 90 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Às 14h, Sarney participa de homenagem ao senador Jefferson Péres e, às 16h, preside a sessão plenária.

CCT Plano Nacional de Banda Larga

8h30 A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática promove audiência pública para discutir com especialistas o Plano Nacional de Banda Larga. O objetivo é obter informações sobre as metas do plano e a reativação da Telebrás para comercializar serviços de acesso à banda larga.

CAS Situação dos ciganos em debate

9h As políticas para as comunidades ciganas serão discutidas, em audiência pública, na Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais. Foram convidados para o debate, entre outros, o ministro da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Eloi Araújo; e o subsecretário de Promoção de Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano.

CCJ Uso educativo do horário eleitoral gratuito

10h Entre as proposições em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania está a que determina que o tempo de propaganda eleitoral gratuita sobre o qual um partido perder o direito por descumprir lei eleitoral seja usado para divulgar mensagens educativas sobre as eleições.

CDH Direito à felicidade na Constituição

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa debate a conveniência de incluir o direito à busca da felicidade entre os direitos sociais da Constituição. Entre os convidados para a audiência, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso; e o presidente da Associação Nacional de Defensores Públicos, Luciano Borges.

Fórum Cooperação energética e ambiental

11h O 17º Fórum Brasil-Europa debate, no Auditório Nereu Ramos da Câmara, a cooperação nas áreas energéticas e de proteção ambiental, e o desenvolvimento sustentável na agenda política do Brasil e da Europa. O evento é promovido pela Fundação Konrad Adenauer e pelo Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia no Congresso Nacional.

CCJ, CAE, CAS e CE Mudanças na Lei Pelé

11h30 Projeto que altera a Lei Pelé será analisado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte.

CCJ e CAE Regras para capitalização da Petrobras

14h As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos debatem o projeto que estabelece regras para a capitalização da Petrobras, com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás, Oswaldo Pedrosa; representantes dos ministérios da Fazenda e de Minas e Energia; e outros convidados.

CMO Obras irregulares em discussão

14h O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Ubiratan Aguiar, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage Sobrinho, participam de debate na Comissão Mista de Orçamento sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, no que diz respeito a obras irregulares.

CPI do MST Representantes de ministérios

14h Audiência pública na CPI do MST com os representantes dos ministérios da Cultura, Lúcia Helena Fernandes Campolina e Ana Paula Dourado Santana; do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros; e do Trabalho e Emprego, Anete Alves Fernandes Fidelis.

CPI da Pedofilia Discussão de requerimentos

14h Reunião administrativa para apreciação de requerimentos na Comissão Parlamentar da Pedofilia.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

CMO discute paralisação de obras irregulares

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove hoje debate com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, e o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage. Iniciativa do relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011, senador Tião Viana (PT-AC), a reunião tem o objetivo de esclarecer os critérios do TCU e dos demais órgãos de fiscalização para recomendar a paralisação de obras com suspeitas de irregularidades.

– Será um governo novo, que terá mais dinheiro para aplicar no financiamento público, nas políticas de investimento. Ou seja, o Brasil poderá investir mais no campo social, nas áreas estratégicas, nos grandes eixos de desenvolvimento, sem riscos fiscais – disse Tião Viana.

Onze emendas foram apresentadas ao relatório preliminar da LDO de 2011, cuja votação na CMO foi adiada de ontem para hoje. Tião Viana aproveitou duas emendas integralmente e quatro parcialmente.



Relator da LDO, Tião Viana quer conhecer critérios usados pelo TCU

Ministério do Turismo receberá R\$ 442,7 milhões

O Plenário do Congresso Nacional aprovou ontem projeto que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 442,7 milhões, para reforço de dotação constante da lei orçamentária vigente.

Os recursos – destinados originalmente pela lei orçamentária ao patrocínio de festas no interior do país – serão usados em obras de infraestrutura turística. Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 224 emendas, rejeitadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/10 vai à sanção presidencial.

O deputado Marco Maia (PT-RS) convocou nova reunião conjunta para quinta-feira, às 10h, a fim de examinar o PLN 3/10, que permite o remanejamento de até 30% das dotações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Antonio Carlos Júnior, relator de projeto na Comissão de Constituição e Justiça, diz que não é contra a capitalização da estatal, mas que se opõe à cessão onerosa dos poços de petróleo do pré-sal nos moldes previstos na proposta

Comissões debatem hoje capitalização da Petrobras em audiência conjunta

A CAPITALIZAÇÃO DA Petrobras será discutida hoje, a partir das 14h, em audiência pública conjunta, pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ao fazer ontem o anúncio, o presidente da CAE, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disse que o governo ainda não havia oficializado a indicação dos representantes do Ministério da Fazenda e da Petrobras que devem participar da discussão.

O senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), que na Comissão de Justiça apresentou relatório contrário ao projeto do Executivo (PLC 8/10), afirmou que o governo federal foge ao debate quando não indica “participantes-chave” na discussão do assunto, como os representantes do Ministério da Fazenda e da Petrobras.

Garibaldi concordou com ACM Júnior. O debate não pode ser feito apenas com representantes da sociedade civil. É necessária também a presença dos principais interessados, no caso a Petrobras e o Ministério da Fazenda, afirmou.

O senador disse ter sido informado extraoficialmente que o



Na reunião da CAE, Garibaldi Alves e ACM Júnior (D), que critica concessão de “benevolências inconstitucionais” à empresa

Ministério da Fazenda será representado pelo secretário-executivo, Nelson Barbosa, mas a Petrobras ainda não havia se manifestado.

Problemas

Na opinião de Antonio Carlos Júnior, o projeto tem sérios problemas de constitucionalidade. Ele disse que não é contrário à capitalização da estatal, mas se opõe à cessão onerosa dos poços de petróleo do pré-sal nos mol-

des previstos na proposta.

No relatório, o senador criticou o que chamou de “benevolências inconstitucionais” concedidas à Petrobras em detrimento de outras empresas brasileiras.

Antonio Carlos Júnior ressaltou que “uma eventual subprecificação” da ordem de US\$ 1 por barril, na cessão de direitos de exploração à Petrobras, poderia representar uma perda

para a União de US\$ 5 bilhões na transação, e quem ganharia seria a estatal.

Considerando que a Petrobras tem 70% de acionistas privados – pois o governo só tem a maioria das ações ordinárias, que são aquelas que lhe dão direito a voto –, “então poderíamos inferir que US\$ 3,5 bilhões estariam sendo transferidos do patrimônio público para o setor privado”, assinalou..

Jucá assume relatoria do projeto da partilha e dos royalties

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) é o novo relator do projeto de lei da Câmara que trata do regime de partilha e da distribuição dos royalties do pré-sal, em substituição ao senador Edison Lobão (PMDB-MA). A mudança foi anunciada na sessão de ontem.

A expectativa é que esse projeto, que tramita em regime de urgência, seja votado no dia 8. Jucá já disse que a parte referente aos royalties poderá ser excluída do texto e transformada num projeto distinto, cuja análise ficaria para depois das eleições.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, já anunciou que a oposição não aceita votar separadamente as partes que tratam dos royalties e do regime de partilha (veja ao lado).

Jucá informou ontem, em seu Twitter, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aceitou retirar a urgência do projeto de lei



Jucá disse que pode retirar questão dos royalties do texto do projeto

que cria a Petro-Sal (PLC 309/09). A votação do projeto está marcada para o dia 16 de junho. Nada foi informado quanto aos outros projetos.

Jucá e o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), estiveram com Lula antes da viagem do presidente para Buenos Aires, na Argentina.

Virgílio diz que, com o pedido de urgência, não há acordo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), reiterou ontem que não há acordo para votar os projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal enquanto eles estiverem tramitando em regime de urgência. Segundo o senador, a oposição poderá se retirar das votações para impedir que haja quórum.

Arthur Virgílio disse também que seu partido continua mantendo a decisão de não aceitar que a parte do PLC 16/10 referente aos royalties fique para depois das eleições, como foi proposto pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá.

O líder tucano disse ainda que a oposição poderá abrir exceção para votar algumas matérias antes do recesso, como o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que tem prazo de votação até 18 de julho.



Arthur Virgílio: governo assume risco se não retirar pedidos de urgência

De acordo com Virgílio, se for mantido o requerimento de urgência para a tramitação das matérias do pré-sal, o risco de votar os quatro projetos a partir do dia 8 de junho, conforme anunciado por Jucá, será inteiramente do governo.

A princípio, no dia 8 seriam votados os PLCs 7/10 (Fundo Social) e 16/10 (partilha).

Dornelles: instrução da CVM fere a Constituição

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) advertiu ontem que exigência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) segundo a qual empresas de capital aberto devem divulgar pela internet a remuneração máxima, média e mínima dos seus diretores, fere a intimidade e a privacidade das pessoas, previstas no artigo 5º da Constituição.

Além disso, a divulgação dos salários coloca em risco a segu-

rança dos diretores e de seus familiares, pois qualquer pessoa mal intencionada poderá saber quanto ganham os diretores e o presidente de uma companhia. O senador explicou ainda ser possível conhecer, dentro das empresas, qual diretor tem o menor ou o maior salário, mesmo sem a divulgação de seus nomes pela internet. A seu ver, isso “expõe e constrange de forma desnecessária” os diretores.

Esta foi a segunda vez em menos de três meses que Dornelles tratou do assunto, da tribuna. Ele apelou novamente à CVM para modificar a parte da sua instrução 480/09 que trata da divulgação dos salários. O senador argumentou que a Lei das Sociedades Anônimas refere-se, nos seus artigos 152 e 157, à divulgação de salários, inclusive deixando a iniciativa a critério da empresa.



Para Dornelles, medida expõe e constrange diretores das empresas

Proposta do senador Cristovam Buarque agora só depende de votação na Câmara dos Deputados para virar lei. Relatora diz que medida vai tornar a escola mais atrativa

Comissão aprova exibição de filmes nacionais nas escolas

A EXIBIÇÃO DE filmes e audiovisuais de produção nacional deve ser obrigatória nas escolas de ensino básico por, no mínimo, duas horas mensais. É o que prevê projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em decisão terminativa. A proposta agora depende de exame da Câmara dos Deputados para virar lei.

A exibição de filmes brasileiros deve ser componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, estabelece o PLS 185/08. Cristovam argumentou que a ausência de arte na escola reduz a formação dos alunos e impede que sejam usuários de bens e serviços culturais na vida adulta. Para o autor, os jovens ficam privados de um dos objetivos fundamen-

tais da educação, que, em sua avaliação, é "o deslumbramento com as coisas belas".

Ao explicar a escolha pela exibição de filmes, entre diferentes alternativas de manifestações artísticas, Cristovam afirmou que "o cinema é a arte que mais facilidade apresenta para ser levada aos alunos nas escolas". Além disso, disse que o país precisa ampliar a indústria cinematográfica, que hoje depende de financiamento público devido à baixa frequência às salas de cinema.

Sugestões

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) disse estar preocupado com os impactos financeiros da proposta e chegou a pedir adiamento da votação, mas depois desistiu. Ele observou que a obrigatoriedade poderia onerar

o poder público, uma vez que o governo terá de adquirir os filmes, que, muitas vezes, já são financiados com recursos públicos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura – a chamada Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Para resolver a questão, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) sugeriu a apresentação de projeto de lei para prever a doação, por parte da produtora às escolas da educação básica, de filmes produzidos com incentivo da Lei Rouanet.

Na opinião da relatora da matéria na CE, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), a medida contribuirá para tornar a escola mais atrativa. Ela ressaltou que, apesar de as exposições terem de priorizar os filmes nacionais de caráter educativo, os estrangeiros também educativos poderão ser exibidos.



Senador Roberto Cavalcanti (D) disse temer impactos financeiros da proposta apresentada por Cristovam Buarque

Incentivo ao esporte entre os universitários

O governo federal poderá criar o Programa Universitário de Apoio ao Esporte, conforme projeto da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), aprovado ontem pela CE, em decisão terminativa. Pelo PLS 515/09, o programa deverá promover o esporte em escolas de educação básica e em comunidades carentes.

Estudantes de graduação – especialmente os de cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física – participarão do programa. Para isso, a entidade de ensino superior na qual o aluno estiver matriculado deverá ter projeto específico aprovado no órgão competente do Executivo, de acordo com regulamento a ser ainda estabelecido.

O PLS 515/09 recebeu voto favorável do relator, senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, "percebe-se visível necessidade de atuação mais efetiva do poder público na expansão da oferta e estímulo do esporte universitário para dar vazão à crescente demanda por parte dos jovens". Além disso, o projeto trará "benefícios ao esporte nacional", afirma.

Nova fórmula de reajuste do piso dos professores

Na mesma reunião, a CE aprovou substitutivo do senador Cristovam Buarque a projeto de lei do Executivo (PLC 321/09) alterando a forma de reajuste do piso salarial nacional dos professores da educação básica. Mas a proposta ainda precisa passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e depois pelo Plenário.

Pelo texto aprovado, o piso será atualizado anualmente sempre em janeiro, a partir de 2011, usando o somatório da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos 12 últimos meses e a variação entre as receitas nominais totais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Esse cálculo, de acordo com o projeto, inclui a complementação da União no que diz respeito aos dois últimos períodos de 12 meses, descontado o INPC de duas variações aferidas em 30 de junho do ano anterior. Cristovam disse que o substitutivo resultou de negociações e estudos técnicos com o ministro da Educação, Fernando Haddad, e com representantes do magistério.

Cristovam: escola do Sesc é exemplo a ser seguido

Cristovam Buarque (PDT-DF) formulou ontem um convite público aos presidentes para que conheçam de perto a Escola Sesc de Ensino Médio, localizada no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Para o senador – cujo retrato foi incluído em galeria de fotos de ex-presidentes da CE –, ali está o exemplo do que pode ser feito, no Brasil,

para garantir educação de qualidade aos jovens do país.

– Dizem que o Haiti é aqui. Pois eu digo que a Finlândia está em Jacarepaguá – disse Cristovam, citando um dos países com os melhores índices de educação do mundo. Em sua opinião, o grande desafio do Brasil será o de estabelecer para suas 200 mil escolas um padrão de qualidade

pelo menos próximo ao da unidade carioca.

Durante a solenidade de ontem na CE, Cristovam decidiu prestar, ele mesmo, uma homenagem ao presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio de Oliveira Santos, pela iniciativa de erguer a escola de ensino médio no Rio de Janeiro.

Paim critica os "tecnocratas" contrários ao reajuste de 7,72%

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem em Plenário os "tecnocratas" do governo por aconselharem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a vetar o reajuste de 7,72% às aposentadorias acima do salário mínimo, assim como o fim do fator previdenciário, redutor para quem se aposenta antes da idade mínima. De acordo com a imprensa, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, são contra os termos do PLV 2/10, aprovado pelos senadores na semana passada.

Paim disse que, de acordo com a Secretaria de Política de Previdência Social, o fator previdenciário tem representado uma economia de R\$ 1 bilhão anual desde sua criação em 1999. Em dez anos, o redutor teria rendido R\$ 10 bilhões aos cofres públicos. Mas o senador acusou os principais jornais do



Paim: impacto da extinção do fator previdenciário não é significativo

país de cometer equívoco ao afirmar que o fim do fator previdenciário causará um rombo de R\$ 10 bilhões anuais.

– O impacto da extinção do fator previdenciário, nas contas do governo, em 2011, será no máximo em torno de um bilhão, um bilhão e duzentos milhões. Por isso que não consigo aceitar – declarou.

Valter Pereira alerta para risco de Ficha Limpa não valer em 2010

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) manifestou sua preocupação com a possibilidade de que as medidas previstas no projeto Ficha Limpa (PLC 58/10) não sejam aplicadas nas eleições deste ano nem nas eleições municipais de 2012. Em sua avaliação, o Congresso Nacional "foi açodado" ao aprovar a matéria a fim de não desagradar a população e a mídia.

– A palavra de ordem de todos os partidos era impedir o adiamento [da votação do Ficha Limpa] e evitar emendas, já que qualquer mudança implicaria sua reanálise pela Câmara dos Deputados. Em consequência disso, restaram defeitos e dúvidas que poderão torná-lo ineficaz para as eleições deste ano – disse.

Valter Pereira criticou ainda "a tibieza" do Congresso em promover importantes



Senador diz que defeitos podem tornar projeto ineficaz para próximas eleições

alterações no sistema político brasileiro reivindicadas pela população. A esse respeito, mencionou a falta de prioridade dada pelo Senado, por exemplo, ao projeto de lei (PLS 348/08) de sua autoria que propõe "medidas objetivas" para afastar das eleições políticas com problemas na Justiça.

Alfredo Nascimento denuncia colapso da saúde em Manaus

Quem busca atendimento médico-hospitalar em Manaus encontra filas, superlotação e abandono, afirmou ontem o senador Alfredo Nascimento (PR-AM), ao denunciar o que considerou "as faces mais visíveis" do colapso da saúde pública no Amazonas.

Nascimento disse que, "apesar de sua pujança", Manaus tem negado a seus cidadãos o cuidado mais básico à saúde – "distorção que tem ilustrado as páginas dos jornais".

O senador disse que, graças à imprensa, ficou sabendo que dezenas de crianças levadas à emergência do Pronto-Socorro Infantil João Lúcio encontraram superlotado um dos maiores e mais importantes estabelecimentos de saúde pública da zona leste de Manaus.

Segundo ele, o Ministério Público estadual decidiu investigar



Alfredo Nascimento: Hospital Joãozinho virou caso de polícia

por que as crianças são atendidas nos corredores e o atendimento se encerra às 17h.

O senador decidiu questionar o Ministério da Saúde acerca do volume e da destinação dos recursos federais para o Amazonas e Manaus. O caos da saúde em Manaus, acrescentou, atinge também a população adulta – "são 300 cidadãos na fila por uma cirurgia há seis meses".

Comissão aprova projeto de Azeredo que isenta de imposto as aposentadorias de pessoas com esclerose lateral amiotrófica ou com fibrose cística



Flávio Arns, relator, disse que projeto aprimora medidas socioeducativas

Assistência a menor infrator passa na comissão

Com quase 90 artigos, o projeto de lei (PLC 134/09) que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) envolve desde a apuração das infrações cometidas por menores de idade até a aplicação de medidas socioeducativas para adolescentes infratores. Já aprovado na Câmara, o texto passou ontem na CAS, mas ainda precisa ser votado por outras quatro comissões do Senado.

No relatório que apresentou sobre a proposta, o senador Flávio Arns (PSDB-PR) diz que o projeto aprimora a execução das medidas socioeducativas e as torna mais eficazes. Ele ressaltou que o texto, além de prever a garantia de direitos para os adolescentes infratores, disciplina o processo pertinente a cada medida socioeducativa aplicável e institui regras e requisitos para os programas de atendimento.

Entre os 88 artigos da proposta, Flávio Arns destacou os que preveem atendimento à saúde dos adolescentes no âmbito do Sinase, abrangendo saúde mental, sexual e reprodutiva, e o atendimento a adolescentes grávidas ou que tiveram filhos recentemente.

Ampliação da lista de doenças que permitem isenção do IRPF

PESSOAS COM ESCLEROSE lateral amiotrófica e fibrose cística poderão ter suas aposentadorias isentas do Imposto Renda Pessoa Física (IRPF). O projeto que concede o benefício foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

A esclerose lateral amiotrófica é uma doença neuromuscular degenerativa e progressiva, altamente agressiva, que causa fraqueza muscular e evolui, invariavelmente, para paralisia e morte. Já a fibrose cística é uma doença hereditária comum, que afeta todo o organismo, causando deficiências progressivas, frequentemente levando à morte prematura.

Atualmente, pela Lei 7.713/88, já são isentos do pagamento do IRPF os aposentados portadores das seguintes doenças: moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose



Mozarildo relatou na CAS o projeto, que agora segue para a CAE

múltipla, neoplasia maligna (câncer), cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget, contaminação por radiação e Aids.

O autor do projeto (PLS 81/10), Eduardo Azeredo (PSDB-MG),

argumenta na justificativa da proposta que essas doenças são incuráveis e causam grande sofrimento físico e mental. O tratamento, apesar de apenas paliativo, destaca o autor em seu projeto, "possui elevado custo, o que justifica a isenção".

Dignidade

O relator, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), considerou justo o benefício, que, em sua avaliação, poderá conceder mais dignidade para que os doentes possam enfrentar os sofrimentos causados pela enfermidade.

– Não raras vezes, os gastos superam a remuneração dos próprios doentes. Nada mais justo, portanto, que seus proventos de aposentadoria, reforma ou pensão não sejam onerados com aqueles gastos, contribuindo a isenção do imposto de renda para proporcionar uma melhor qualidade de vida para eles e seus familiares – afirma o senador em seu parecer.

Embalagem de leite poderá divulgar vacinação

O projeto que torna obrigatória a impressão, nas embalagens de leite, do calendário de vacinação infantil do Ministério da Saúde foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para análise do Plenário.

A proposta (PLC 68/06), do deputado Enio Bacci (PDT-RS), prevê que o não cumprimento da medida será tipificado como infração da legislação sanitária federal. O deputado afirma que "os maiores consumidores de leite são as crianças", por isso as embalagens do produto

seriam um local adequado para a divulgação das vacinas.

Em seu relatório, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a proposta, afirmando que a divulgação do calendário "servirá de alerta aos pais que deixam de vacinar seus filhos por negligência ou desconhecimento". Assim como Enio Bacci, ela avalia que as embalagens são um "veículo adequado para essa divulgação, configurando-se como propaganda sem ônus significativo para os produtores de leite".

Por meio de uma emenda

de redação, Rosalba promoveu uma alteração no projeto.

Ela substituiu a expressão "calendário de vacinas infantis obrigatórias", presente no texto original, por "calendário básico de vacinação da criança". De acordo com a relatora, "nenhum brasileiro é obrigado a se vacinar, ou a vacinar seus filhos, contra a sua vontade; o que são obrigatórios são os calendários de vacinação".

O projeto também já havia sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Proposta inibe agravos em ações trabalhistas

Proposta que visa inibir o uso indiscriminado dos agravos de instrumento nas ações trabalhistas, atribuindo-lhe um ônus, foi aprovada ontem pela CAS. O PLC 46/10 agora será enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No âmbito da Justiça do Trabalho, o agravo de instrumento é um recurso judicial que pode ser apresentado quando outros recursos já foram negados após a sentença do juiz. Quando aprovado, permite que o processo seja novamente julgado, mas em uma instância superior. O problema é que este recurso muitas vezes é usado para retardar a execução da sentença.

Para evitar essas manobras protelatórias, o texto determina que o agravo de instrumento, ao ser apresentado, exigirá a realização de depósito recursal. No ano passado, ao apresentar essa proposta, o deputado Regis de Oliveira (PSC-SP) argumentou que outros tipos de recursos já preveem o ônus do depósito recursal, ressaltando que "a exceção à regra" é justamente o agravo de instrumento.

Protelatórios

No relatório favorável ao projeto, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirma que a maior parte dos agravos de instrumento julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) "não têm condições de prosseguimento e são interpostos apenas com intenção protelatória".

A partir dessa avaliação, Paim destaca que 74,8% dos processos recebidos pelo TST naquele ano correspondem a agravos de instrumento e que, entre 2007 e 2008, o número de agravos impetrados na Justiça do Trabalho aumentou 208,8%.

Aprovada a recondução de diretor da Anvisa

Na reunião de ontem, a CAS também aprovou a recondução do diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), José Agenor Álvares da Silva. A indicação presidencial recebeu voto favorável do relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e segue agora para votação em Plenário. O mandato de diretor da Anvisa tem duração de três anos.

Formado em Farmácia e Bioquímica pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em saúde pública, José Agenor tem 62 anos e foi ministro da Saúde entre 2006 e 2007. Logo após deixar o ministério, assumiu uma das diretorias da Anvisa, onde atualmente supervisiona as áreas de Regulação de Mercado; Toxicologia; Controle de Produtos Derivados de Tabaco; e de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados.

O indicado foi elogiado pelos senadores José Agripino (DEM-RN), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN).



José Agenor (E) teve o currículo elogiado pela presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (na foto, com Eduardo Lima Sales, indicado para diretor da ANS)

Indicação presidencial para diretoria da ANS vai a Plenário

Eduardo Marcelo de Lima Sales poderá voltar a ocupar uma das diretorias da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), cargo que já ocupou entre agosto de 2006 e agosto de 2009. A indicação presidencial, relatada pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP), foi aprovada ontem em votação secreta na CAS e será agora votada em Plenário.

Graduado em Direito pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, Eduardo Marcelo especializou-se em Direito do Estado pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Atualmente, é assessor da presidência da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Também atuou como procurador federal da União e do município flu-

minense de Angra dos Reis entre 1991 a 2004. Na área privada, foi advogado nas áreas cível e empresarial.

Em sua exposição, Eduardo Marcelo de Lima Sales fez uma prestação de contas do período em que foi diretor da ANS e afirmou que a agência tem como grande desafio se tornar "mais comunicacional e menos coercitiva".

Diplomatas indicados pelo presidente foram sabatinados ontem pelos senadores e pretendem dar atenção especial aos brasileiros que trabalham naqueles países



Eduardo Azeredo, presidente da CRE, entre os diplomatas Marcos Bezerra Abbott Galvão e Marcel Fortuna Biato

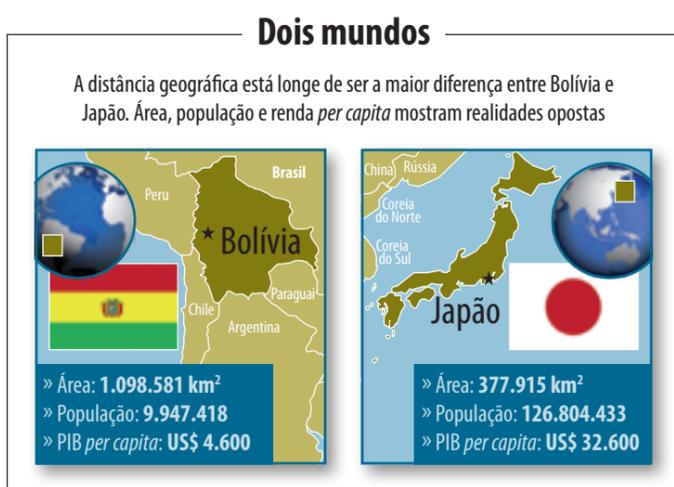
CRE aprova embaixadores para a Bolívia e o Japão

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade ontem a indicação presidencial dos diplomatas Marcel Fortuna Biato e Marcos Bezerra Abbott Galvão para embaixadores na Bolívia e no Japão.

Os dois diplomatas têm longa carreira no Ministério das Relações Exteriores, coincidências em suas origens e ideias semelhantes sobre o que planejam fazer nas respectivas embaixadas. Ambos são brasileiros nascidos no exterior e pretendem dar atenção especial aos imigrantes compatriotas que vivem e trabalham na Bolívia e no Japão, muitos em situação irregular.

Marcos Bezerra assinalou os fortes elos de amizade, comerciais e de cooperação tecnológica entre Brasil e Japão. Nesse último item, desponta a recente adoção pelo Brasil do sistema japonês de televisão digital, que também está sendo adotado por outros cinco países da América do Sul.

Além disso, o diplomata disse que um dos seus principais ob-



jetivos à frente da embaixada é firmar um acordo de cooperação legal em Direito Civil, que envolva as áreas de divórcio e alimentos, troca de presos e extradição. Bezerra observou que das 40 mil crianças brasileiras no Japão, apenas 5,5 mil estudam em escolas brasileiras.

Marcel Fortuna destacou o enorme potencial de produção mineral e energético da Bolívia, assinalando que esse é o único país da América do Sul com que

o Brasil tem déficit na balança comercial.

O diplomata lembrou que a Bolívia enfrenta graves problemas econômicos devido ao alto índice de pobreza, informando que dois terços da população recebem algum tipo de auxílio social de transferência de renda.

Marcel Fortuna também mencionou a péssima relação do governo de Evo Morales com os Estados Unidos.

Consulados poderão celebrar separação e divórcio

Projeto de lei da Câmara (PLC 131/09) que prevê a possibilidade de as autoridades consulares brasileiras celebrarem separação e divórcio consensuais de casais brasileiros no exterior foi aprovado ontem na reunião da CRE.

A proposta recebeu parecer favorável, com duas emendas, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ).

De acordo com o PLC, as autoridades consulares brasileiras poderão celebrar separação e divórcio consensuais, caso não haja filhos menores ou incapazes envolvidos. Não será mais necessária a participação de advogado quando a escritura pública for lavrada.

Também devem ser observados os requisitos legais quanto aos prazos, devendo constar da

respectiva escritura pública as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia. Ainda deverá ser observado o acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento.

A reunião da CRE foi conduzida pelo presidente da comissão, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Acordo entre Mercosul e União Europeia pode sair no fim do ano

Os parlamentos do Mercosul e Europeu devem ser ouvidos nas negociações para a criação de uma associação estratégica entre os dois blocos, disseram ontem parlamentares brasileiros e europeus reunidos no Senado. As negociações serão retomadas em junho, segundo ficou acertado durante a última Cúpula de Madri, realizada neste mês, e podem ser concluídas ainda neste ano.

— Por que os nossos parlamentos não podem participar das negociações, no mínimo como ouvintes? — questionou o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que presidiu a reunião, ao defender prioridade nos debates para os temas sociais.

Em resposta, o deputado espanhol Luis Yañez-Barnuevo, presidente da delegação de quatro integrantes do Parlamento Europeu em visita ao Brasil, disse que os parlamentares podem, sim, reivindicar maior participação nos debates sobre o futuro acordo de associação. E elogiou a aproximação com o Mercosul.

— O Parlamento Europeu esteve sempre na vanguarda do apoio mais entusiasta a esse

acordo — afirmou.

Yañez-Barnuevo recordou recente caso de uma negociação entre os Estados Unidos e a União Europeia para repassar dados de passageiros de companhias aéreas como medida de combate ao terrorismo.

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) observou que o Parlamento Europeu tem servido de inspiração para a implantação do Parlamento do Mercosul, em funcionamento há três anos. Ele leu para seus colegas europeus manchetes de jornais brasileiros que demonstram ceticismo em relação à assinatura do acordo de cooperação entre os dois blocos. Apenas uma das manchetes, ressaltou, tinha conteúdo mais otimista — era a que afirmava ser o Parlamento Europeu favorável ao entendimento com o Mercosul.

Após a reunião, os parlamentares europeus visitaram o Plenário do Senado, antes de seguir para a Câmara dos Deputados. Hoje, eles terão um novo encontro com integrantes da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul para dar prosseguimento aos debates sobre o acordo de cooperação.

Papaléo Paes quer Justiça do Trabalho em todo o país

Proposta de emenda à Constituição (PEC 8/10) do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) determina que todos os estados e o Distrito Federal tenham pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho. A iniciativa restaura o texto original do artigo 112 da Constituição de 1988, alterado pela Emenda 45/04.

Conhecida como Reforma do Judiciário, a Emenda 45 eliminou essa obrigatoriedade, o que, para o senador, constitui afronta às garantias fundamentais, como a do acesso à Justiça.

— A Emenda 45 criou uma situação de injustiça em relação às regiões mais pobres — criticou.



Papaléo Paes

Quintanilha pede construção de eclusas no TO

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a construção da eclusa de Lajeado, que, segundo disse, está em “compasso de espera”. Ele ressaltou que a eclusa tornaria possível a navegação de mais de 800 quilômetros do rio Tocantins, contribuindo para o desenvolvimento da região.

O senador frisou que a modal rodoviária, a mais utilizada, é também a mais cara do mundo, sendo quatro vezes mais dispendiosa que a hidroviária. Ele disse que os tocantinenses comemoraram “com certa alegria” o anúncio da conclusão da eclusa de Tucuruí, para o segundo semestre, o que vai tornar navegáveis de 600 a 700 quilômetros do rio Tocantins.



Leomar Quintanilha

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Pequenos empreendedores poderão se beneficiar de crédito oficial

Renan Calheiros (PMDB-AL) comunicou a aprovação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do projeto de lei (PLS 59/10) que cria fontes estáveis para o financiamento dos microempreendedores individuais.



Renan Calheiros

A proposta, do próprio senador, abre linhas de crédito para pequenos empreendedores como açougueiros, alfaiates, costureiras, barbeiros, mecânicos, borracheiros, carpinteiros, doceiros, eletricitistas, jardineiros, jornalheiros, lavadores de carros,

manicures, padeiros, pescadores, relojoeiros, sapateiros, verdureiros, entre outros.

– Esses profissionais, em sua grande maioria, atuam na informalidade, o que não lhes permite acesso a benefícios tributários, previdenciários e creditícios. São, portanto, trabalhadores sem qualquer apoio do poder público – disse.

Com o projeto, os pequenos empreendedores poderão passar a se beneficiar das políticas oficiais de crédito.

Maciel destaca homilia de cardeal no 16º Congresso Eucarístico Nacional

Marco Maciel (DEM-PE) destacou ontem a homilia proferida pelo cardeal dom Cláudio Hummes no encerramento do 16º Congresso Eucarístico Nacional, realizado entre 13 e 16, em Brasília. O senador assinalou que o cardeal trabalha ao lado do papa Bento XVI, na Secretaria da Fé do Vaticano.



Marco Maciel

Marco Maciel observou que o evento, que teve enorme repercussão em todo o país, manifes-

tou, mais uma vez, que a "eucaristia é sempre fonte de vida da igreja e de cada cristão".

O senador sublinhou trecho da homilia em que dom Cláudio Hummes diz que, "ao participar da eucaristia e da adoração eucarística de modo mais intenso, pedimos a Cristo que desenvolvesse em cada um de nós a consciência de sermos seus discípulos, para sermos também seus missionários".

Valdir Raupp elogia programa de educação profissionalizante

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou ontem, em discurso, o crescimento do investimento do governo em cursos federais profissionalizantes.



Valdir Raupp

Segundo ele, a implantação do programa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, do Ministério da Educação, permitiu elevar o número de escolas técnicas de 140, construídas de 1909 a 2002,

para 354, em funcionamento de 2003 até o final de 2010. São 500 mil vagas disponíveis, salientou.

O programa, explicou o senador, permite o crescimento pessoal, a qualificação e a ascensão social e profissional de jovens estudantes, com chance de acesso às conquistas científicas e tecnológicas e a um emprego estável, de qualidade.

Acir Gurgacz homenageia trabalhadores rurais de RO

Acir Gurgacz (PDT-RO) parabenizou os trabalhadores rurais de Rondônia pela passagem, ontem, do Dia do Trabalhador Rural. Em nota divulgada por sua assessoria, o senador afirma que os produtores rurais têm um papel fundamental para a economia do estado.

Gurgacz diz ainda que embora haja um grande esforço do governo federal para auxiliar os trabalhadores rurais, estes necessitam de melhores condições de crédito e de informações.

O senador lembra que apresentou projeto de lei (PLS 35/10) concedendo isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura nacional, quando adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas, para melhorar a vida no campo.

A matéria receberá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Ministro de Minas e Energia afirma no Senado que orçamento de R\$ 19 bilhões para construção de hidrelétrica será mantido e que não haverá derrubada de floresta



O ministro Márcio Zimmermann (D) fala à subcomissão, ao lado dos senadores Flexa Ribeiro e Delcídio Amaral

Ministro diz que Belo Monte tem baixo impacto ambiental

A USINA HIDRELÉTRICA de Belo Monte – que deverá ser construída no rio Xingu, no estado do Pará – é altamente viável e benéfica para a sociedade brasileira. A opinião foi emitida pelo ministro de Minas e Energia, Márcio Pereira Zimmermann, durante audiência pública promovida pela subcomissão temporária criada para acompanhar a execução das obras da usina. Ele acrescentou que o impacto ambiental da obra será mínimo.

– O projeto da usina de Belo Monte melhorou muito, am-

bientalmente falando, ao longo dos anos. Aquela região do Pará é uma das mais conflituosas do Brasil. Foi colonizada com a Transamazônica. Quando o poder público afastou-se, grandes conflitos sociais passaram a ocorrer por lá. A implantação da usina modificará essa realidade – afirmou.

O ministro de Minas e Energia manifestou sua crença de que se repetirá em Belo Monte o que ocorreu em Tucuruí (PA), onde houve melhora do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) depois da construção da

hidrelétrica. Segundo Márcio Zimmermann, cláusula contratual obriga o investimento, pela empresa vencedora do leilão, de R\$ 3,5 bilhões no atendimento de condicionantes socioambientais. Outros R\$ 500 milhões serão gastos na aplicação de um plano de desenvolvimento regional.

A garantia de que nenhuma outra hidrelétrica será construída no rio Xingu, de acordo com o ministro, facilitou a aprovação do licenciamento ambiental para a realização da obra.

Resposta aos protestos contra a construção da usina

"Uns não aceitam a hidroeletricidade por uma questão de foro íntimo, outros porque não acham que o Brasil tem direito de explorar o potencial da região". Essa foi a resposta do ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, à pergunta de Jefferson Praia (PDT-AM) sobre o motivo dos protestos contra a construção da usina de Belo Monte.

Ao relator da subcomissão, Delcídio Amaral (PT-MS), Zimmermann respondeu que o orçamento da usina, R\$ 19 bilhões, será cumprido e poderá até baixar.

Augusto Botelho (PT-RR) defendeu a construção de hidrelétricas e lembrou que o Brasil continua queimando milhões de litros de óleo diesel para produzir eletricidade.

Já ao presidente da subcomissão, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que disponibilizou no seu Twitter um *link* para a transmissão ao vivo da reunião –, o ministro afirmou que nenhum quilômetro quadrado de floresta deverá ser inundado para a construção da usina e que fontes de energia alternativa, como a eólica, são mais caras que a hidrelétrica.

Doação de terras para acabar com litígio em MT

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) autoriza a União a doar a Mato Grosso duas áreas contínuas de terras, vizinhas à gleba Maiká, no município de Marcelândia, e à gleba Cristalino/Divisa, situada na Chapada dos Guimarães. Ao aprovar a proposta (PLC 14/10), que já passou na Câmara dos Deputados, a comissão espera contribuir para superar disputa de décadas sobre qual dos lados teria o domínio legal sobre as áreas, que juntas somam cerca de 1 milhão e 690 mil hectares.

As ações de litígio correm no Supremo Tribunal Federal e devem ser arquivadas após a aprovação final e sanção do projeto. Agora, a matéria seguirá para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes da decisão final em Plenário. O



Jayme Campos (D), relator do projeto na CRA, acredita que fim do litígio beneficiará quem explora áreas agrícolas

fim do litígio vai garantir segurança jurídica para os que exploram áreas agrícolas dentro das glebas, acredita o relator, Jayme Campos (DEM-MT).

Incentivos para quem integrar lavoura e pecuária

Produtores rurais que incorporarem técnicas de integração entre lavoura, pecuária e silvicultura poderão receber incentivos especiais, conforme o projeto (PLC 78/08) aprovado ontem pela CRA e relatado pela senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Entre os incentivos especiais, estão as linhas

de crédito rural (de juros mais baixos) e o seguro rural. Os produtores também podem ganhar prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural, como os de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação.

Senadores homenageiam defensores públicos

ROBERTO CAVALCANTI

A militância da Defensoria Pública em prol dos ideais democráticos e da plena cidadania foi reconhecida e exaltada pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Ele também elogiou o lançamento da cartilha *Direito à Moradia: cidadania começa em casa!* pela Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), semana passada, o que marcou a comemoração do Dia Nacional da Defensoria Pública (19 de maio).

O mutirão pela moradia proposto pela Anadep foi um importante passo nesse sentido, disse Cavalcanti, já que busca conscientizar a população de baixa renda sobre seus direitos nessa área.

MÃO SANTA

“A Justiça deveria ser como o sol: igual para todos. Mas só vai ser assim se entendermos a importância da Defensoria Pública”, disse o senador Mão Santa (PSC-PI) ao abrir a sessão de homenagem.

A assistência jurídica integral e gratuita prestada pelos defensores públicos à população carente em todo o país foi reconhecida por Mão Santa como “um trabalho altamente meritório”.

– A existência da lei é a base do Estado de direito. Veio substituir a barbárie e a vontade do tirano sobre a sociedade. O direito à ampla defesa é imprescindível ao exercício da Justiça – afirmou o senador.

MOZARILDO CAVALCANTI

Na homenagem ao Dia do Defensor Público, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou a pouca importância que se dá à categoria no país. Ele citou dados do *Terceiro Diagnóstico da Defensoria Pública*, realizado pelo Ministério da Justiça e divulgado em novembro do ano passado, segundo o qual Roraima é um dos três estados com a maior média de atendimento de habitantes por defensor público.

Mozarildo disse haver no Brasil três estados importantes onde a defensoria não foi instalada, citando, entre eles, Santa Catarina. Em outros estados, lamentou, o órgão é terceirizado, com integrantes não concursados.

JEFFERSON PRAIA

Jefferson Praia (PDT-AM) defendeu o fortalecimento da Defensoria Pública, que, conforme afirmou, necessita de mais recursos materiais, humanos e tecnológicos.

O senador lembrou que o órgão conquistou sua autonomia constitucional e orçamentária com a aprovação da Emenda 45/04, uma reivindicação social “longamente reprimida”, disse o senador.

Já a Lei Complementar 132/09, explicou Jefferson Praia, garantiu à Defensoria Pública atuação multidisciplinar, o que possibilitou aos mais pobres o atendimento por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

O Senado dedicou a parte inicial da sessão deliberativa de ontem para homenagear os defensores públicos, cujo dia nacional foi celebrado em 19 de maio. Os discursos ressaltaram o serviço à cidadania prestado pela instituição, responsável por permitir acesso à Justiça para os mais pobres. Criada especialmente com o objetivo de garantir assistência jurídica ampla

e gratuita, a Defensoria Pública – prevista no artigo 134 da Constituição – tem a missão de garantir o acesso das pessoas carentes à Justiça, por meio de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita. Os defensores federais auxiliam todos aqueles que comprovarem insuficiência de recursos, com renda familiar até o limite de isenção do Imposto de Renda, atualmente de R\$ 1.499,15.



Antônio Carlos Valadares destacou que há um déficit de quase 3 mil defensores públicos estaduais no Brasil

Valadares defende valorização de instituição

A Defensoria Pública alimenta a própria democracia e ajuda a construir a noção de cidadania entre a população, afirmou Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Para o senador, autor do requerimento para a realização da homenagem, a instituição precisa ser valorizada.

Valadares citou dados do *Terceiro Diagnóstico da Defensoria*

Pública no Brasil, de 2009, realizado pelo Ministério da Justiça, o qual aponta que há um déficit de quase 3 mil defensores públicos estaduais no país. Existem 7.500 vagas para defensores públicos em todos os estados, mas só 4.700 estão preenchidas. Além disso, Goiás, Santa Catarina e Paraná ainda não criaram suas defensorias, disse.

– Esperamos que até o próximo mês o Ministério do Planejamento autorize a posse dos 146 defensores já aprovados em concurso para preenchimento dos cargos disponíveis.

O senador defendeu ainda autonomia administrativa e funcional da Defensoria da União, a exemplo do que ocorre nos estados.

SERYS SLHESARENKO

O Brasil “é vanguarda mundial na criação da defensoria”, sendo o único a inserir em sua Carta o direito de todos ao acesso à Justiça, mesmo que a pessoa não possa pagar um advogado, afirmou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Ela defendeu a realização de concursos públicos e bons salários para os integrantes das defensorias. Também apontou a necessidade de se criar uma carreira de apoio à categoria, uma vez que os seus auxiliares são estagiários, terceirizados e servidores requisitados.

Segundo a senadora, dos 461 defensores públicos federais, apenas 335 encontram-se em efetivo exercício.

MARISA SERRANO

Por considerar as defensorias públicas como fundamentais no regime democrático, “por oferecerem aos cidadãos o pleno exercício da cidadania”, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) disse sonhar com o dia em que todo município brasileiro terá defensores públicos – hoje, só 43% têm. Ela lamentou que três estados ainda não tenham defensorias e se disse orgulhosa porque o seu estado, Mato Grosso do Sul, já conta com 160 defensores, espalhados por todos os 87 municípios.

– A efetivação deste serviço deve ser prioridade da União e dos governos dos estados – recomendou a senadora.

IDELI SALVATTI

Alguns estados, como Santa Catarina, ainda não têm Defensoria Pública implantada, alertou ontem a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela informou que, em seu estado, a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) mantém um atendimento gratuito, mas não é organizado na forma de defensoria.

Ideli recordou que na reforma do Judiciário, no Congresso, houve debate sobre a importância de as pessoas terem acesso à Justiça, independentemente da faixa de renda do cidadão. Para Ideli, enquanto esse acesso não for estendido a todos, não se pode afirmar que “há Justiça no Brasil”.

FÁTIMA CLEIDE

Fátima Cleide (PT-RO) parabenizou a Defensoria Pública pela iniciativa de realizar campanha nacional sobre o direito dos cidadãos à moradia.

– Pessoas de todo o país puderam conhecer melhor os mecanismos legais para obtenção desse direito – disse a senadora.

Segundo a ela, a campanha buscou informar a população sobre questões legais vinculadas a contratos de locação, financiamento e compra de imóveis e sobre regularização fundiária.

Fátima Cleide ainda solidarizou-se com o movimento pelo trabalho para criar a Defensoria Pública de Santa Catarina.

ARTHUR VIRGÍLIO

Em seu discurso, o senador Tucano do Amazonas considerou um “descalabro” que seu estado, “quase do tamanho da Argentina”, tenha apenas cinco ou seis defensorias públicas nos seus 61 municípios e, mesmo assim, “funcionando em total precariedade”. Arthur Virgílio lembrou ainda que a defensoria de Manaus funciona “de forma heroica, mas também de forma precária”.

– Isso significa a existência de brasileiros de primeira classe e cidadãos de classe nenhuma, porque não podem sequer contar com a Defensoria Pública para defendê-los nos seus mais comezinhos direitos – opinou o senador amazonense.

LEOMAR QUINTANILHA

O senador disse que a Defensoria Pública avançou bastante, mas não está totalmente aparelhada para atuar na defesa dos direitos do cidadão. Quintanilha (PMDB-TO) apontou a inexistência desse “importante instrumento da democracia” em alguns estados. A própria União, lembrou, ainda tem um número de defensores públicos muito restrito e aquém da necessidade.

Apesar de ter sido instalada somente com a criação do estado, em 1988, a Defensoria Pública de Tocantins trabalha na consolidação da sua missão, superando as dificuldades naturais de sua implantação, disse o senador.

JOSÉ NERY

O senador do PSOL do Pará saudou os defensores públicos do país como “os combatentes da Justiça e da igualdade”, por atuarem em uma das mais relevantes instituições públicas, “comprometida com a democracia, a igualdade, a construção de uma sociedade justa e mais solidária”.

José Nery entende que ainda se deve lutar muito para alcançar “a tão desejada igualdade entre os indivíduos” nos campos político, jurídico e econômico. Para ele, enquanto isso não acontecer os defensores públicos “seguirão tendo um papel indispensável” para garantir aos mais pobres o acesso à Justiça.

PAULO DUQUE

Para o senador do PMDB fluminense, a importância da carreira de defensor público na administração da Justiça no país se expressa na missão de garantir o direito à defesa de réus sem condições financeiras para contratar advogado.

Paulo Duque defendeu ainda a valorização da carreira de defensor público, por meio da implementação de uma política geral de melhoria das condições de trabalho da classe.

– A Defensoria Pública tem que ser olhada com mais cuidado, com mais carinho, com mais justiça, e não pode, de jeito nenhum, ficar pensando com os seus [baixos] salários – disse o senador.

FLÁVIO ARNS

Para destacar a necessidade do trabalho das defensorias públicas, Flávio Arns (PSDB-PR) considerou sua existência como um pré-requisito para que o Brasil atinja o *status* de país desenvolvido. Para ele, o trabalho do defensor público ajuda o Brasil a chegar a outro patamar, tornando-se mais justo.

– O defensor público constrói a paz e faz Justiça. Fazemos neste dia uma alavanca para novas transformações, por um Brasil sempre melhor para todos – sugeriu Arns, para quem o acesso à Justiça por meio de um defensor público adquire o significado de “dignidade, paz e oportunidade” para quem não pode pagar um advogado.

ROSALBA CIARLINI

A senadora do DEM do Rio Grande do Norte enalteceu a importância da atividade para a cidadania dos mais carentes, dos mais pobres, ao possibilitar a eles o acesso à Justiça, mesmo que não tenham recursos para pagar um advogado.

EDUARDO SUPLYCY

O senador do PT paulista destacou o trabalho da defensoria junto à população carente e assinalou a presença no Plenário da defensora pública Daniela Sollberger Cembranelli, que, nos próximos dias, assumirá a Defensoria Pública do Estado de São Paulo.